



A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ 03.546.261/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.S.as as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas. Parecez do Comitê de Auditoria e dos Relatórios dos Auditores Independentes. Em 2021 a Seguradora atingiu prêmios emitidos líquidos de R\$ 1,2 bilhão, 9% maior que em 2020, além disso os prêmios ganhos atingiram R\$ 1,1 bilhão. A Seguradora apresentou lucro líquido no exercício de R\$ 4,6 milhões, lucro este impactado, principalmente, pelo aumento da sinistralidade das coberturas relacionadas a pandemia, bem como despesas operacionais e administrativas. Os ativos totais alcançaram aproximadamente R\$ 2,0 bilhões. Considerando o atual cenário, o desempenho encontra-se em linha com as projeções revisadas e acompanhadas durante pandemia e para o ano, o que

demonstra que a rápida tomada de decisão pela Administração na adoção de medidas de enfrentamento foi essencial para a consistência da operação. As medidas que continuam sendo tomadas seguem duas prioridades: segurança e saúde dos colaboradores, com destaque para adoção do trabalho remoto para 100% da equipe; e continuidade dos negócios em todos os aspectos: atendimento a clientes, disponibilidade sistêmica e, principalmente, cumprimento das obrigações com clientes, parceiros, fornecedores e reguladores. A Seguradora tem como política de distribuição de dividendos a destinação aos acionistas de parcela relevante do resultado apurado no exercício e saldos remanescentes em reservas distribuíveis de exercícios anteriores, no entanto, os acionistas detêm poderes e direitos de deliberar sobre as destinações dos lucros e reservas, observados os limites do estatuto social e da legislação

societária vigente. Não foram distribuídos dividendos intermediários em 2021. Para o próximo ano, devido a solidez financeira e a expectativa de melhoria no volume de vendas, a rentabilidade tende a estar em linha com o projetado, permitindo que a Seguradora continue honrando com os compromissos com todos os seus interlocutores e entregando a rentabilidade esperada pelos seus acionistas. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	2021	2020
ATIVO			
Circulante		847.672	869.586
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.021	2.514
Caixa e bancos		3.021	2.514
Aplicações Financeiras	5	337.863	330.959
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	6	127.666	174.844
Prêmios a receber		120.568	163.574
Operações com seguradoras		4.575	4.115
Outros créditos operacionais		2.523	7.155
Ativos de Resseguro e Retrocessão	4	13	13
Títulos e Créditos a Receber	48.658	52.753	
Títulos e créditos a receber		4.259	5.355
Créditos tributários e previdenciários	7	28.988	36.770
Outros créditos		15.611	10.628
Despesas Antecipadas	-	122	
Administrativas		-	122
Custos de Aquisição Diferidos	8	330.260	308.381
Seguros		330.260	308.381
Ativo não Circulante	1.122.791	1.002.686	
Realizável a Longo Prazo	1.046.948	934.752	
Aplicações Financeiras	5	555.545	567.029
Títulos e Créditos a Receber	7	18.808	2.154
Créditos tributários e previdenciários		18.808	2.154
Outros valores e bens	14	28.732	-
Ativos de direito de uso		14	28.732
Custos de Aquisição Diferidos	8	443.863	365.569
Seguros		443.863	365.569
Imobilizado	9	6.714	6.694
Bens móveis		6.714	6.694
Intangível	10	69.129	61.240
Outros intangíveis		69.129	61.240
Total do Ativo		1.970.463	1.872.272

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas	2021	2020
PASSIVO			
Circulante		798.769	780.979
Contas a Pagar		48.851	52.763
Obrigações a pagar	11	37.521	40.693
Impostos e encargos sociais a recolher		3.573	4.586
Encargos trabalhistas		3.520	3.192
Impostos e contribuições		4.176	4.075
Outras contas a pagar	7	61	217
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	12	129.645	132.242
Prêmios a restituir		8.699	12.948
Operações com seguradoras		13.303	12.508
Operações com resseguradoras		526	91
Corretores de seguros e resseguros		47.676	50.971
Outros débitos operacionais		59.441	55.724
Depósitos de Terceiros	13	1.229	2.306
Depósitos de terceiros		1.229	2.306
Provisões Técnicas - Seguros Pessoas	15	613.818	599.668
Provisão de prêmios não ganhos		554.257	522.744
Provisão de sinistros a liquidar		20.144	33.994
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		34.632	31.069
Provisão de despesas relacionadas		4.785	5.861
Outros Débitos	14	5.226	-
Passivos de Arrendamento		14	5.226
Passivo não Circulante		783.185	638.100
Exigível a Longo Prazo		783.185	638.100
Contas a Pagar		239	10.989
Tributos diferidos	7	239	10.989
Provisões Técnicas - Seguros Pessoas	15	734.596	609.853
Provisão de prêmios não ganhos		734.596	609.853
Outros Débitos	21	48.350	17.258
Provisões judiciais		21	15.658
Passivos de arrendamento		14	32.692
Patrimônio Líquido	16	388.509	453.193
Capital social - estrangeiro		359.451	359.451
Reserva de lucros		38.408	76.998
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(9.350)	16.744
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.970.463	1.872.272

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros		Outras Reservas de Lucros	Ajuste TVM	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Estatutária	Reserva de Lucros				
Em 31 de dezembro de 2019	359.451	38.731	75.731	-	-	17.426	491.339	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(682)	(682)	(682)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	46.426	46.426	46.426
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 30/04/2020	-	-	(72.864)	-	-	-	(72.864)	(72.864)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	33.079	-	-	(33.079)	-	-
Reserva legal	-	2.321	-	-	-	(2.321)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,03 por ação)	16. c)	-	-	-	-	(11.026)	(11.026)	(11.026)
Em 31 de dezembro de 2020	359.451	41.052	35.946	-	-	16.744	453.193	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(26.094)	(26.094)	(26.094)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.625	4.625	4.625
Impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2) de acordo com a Circular SUSEP 615/2020	-	-	-	(8.943)	-	-	(8.943)	(8.943)
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2021	-	-	(33.173)	-	-	-	(33.173)	(33.173)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	3.295	-	-	(3.295)	-	-
Reserva legal	-	231	-	-	-	(231)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,003 por ação)	-	-	-	-	-	(1.099)	(1.099)	(1.099)
Em 31 de dezembro de 2021	359.451	41.283	6.068	(8.943)	(9.350)	-	388.509	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar, na Cidade de São Paulo/SP, resultante da associação entre a BNP Paribas Cardif e a Cardif Assurances Risques Divers, ambas com sede na França. A Companhia controladora direta da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. é a BNP Paribas Cardif e o Controlador em última instância é o BNP-Paribas. A Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. tem como objetivo social a exploração de seguros de pessoas em todo território nacional, com aprovação para comercializar seus produtos nos seguintes ramos: acidentes pessoais coletivos, auxílio funeral (coletivo e individual), desemprego/perda de renda (coletivo e individual), eventos aleatórios (coletivo e individual), prestamista (coletivo e individual) e vida em grupo. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23/02/2022.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto nas disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, define critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e da parcela da Provisão de Prêmios não Ganhos relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotadas pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.12.1. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal econômica no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do período. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) negociação; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Os ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como circulante ou não circulante observando as datas de vencimento dos ativos. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" líquidos no exercício em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** **a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia no final de cada exercício de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.4.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5 Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos federais (LTNs, NTN's-B e NTN's-F) e títulos privados (LFs, DPGE's e debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a data de vencimento dos ativos financeiros e a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores

utilizados para fluxo de caixa da Seguradora. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que se referem a despesas relacionadas a competências futuras, estas despesas são reconhecidas no resultado considerando a estimativa de utilização e realização dos custos envolvidos. **2.7 Arrendamentos:** **a) Adoção inicial do CPC 06 (R2):** A Seguradora adotou o CPC 06 (R2) de forma retrospectiva cumulativa, a partir de 1º de janeiro de 2021, e, portanto, não representou as informações comparativas de 2020, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. As reclassificações e ajustes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2021, em contrapartida a lucros acumulados nessa mesma data. As novas políticas contábeis estão divulgadas a seguir: **A Seguradora possui contratos de arrendamento de laje corporativa onde mantém área administrativa e operacional pelo prazo de 10 anos, e de veículos cujo prazo médio contratual é de 36 meses. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantias de empréstimos ou sublocados. Até o exercício de 2020, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2021, são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso da Seguradora. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período de arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo de arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: **A Pagamentos fixos** **A Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento para contratos iniciados após a data da transição. Para contratos já vigentes na data da transição, a Seguradora adotou uma taxa de juros incremental. Para determinar a taxa incremental do arrendamento, a Seguradora:** **Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de arrendamento recentes contratadas com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento;** **Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para risco de crédito para arrendamento mantidos pela Seguradora, sem financiamentos recentes com terceiros;** **Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo e montante total financiado, por exemplo. A Seguradora está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice de taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento, até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamento baseados em um índice de taxa ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida no ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:** **O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;** **Quaisquer pagamentos de arrendamento feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;** **Quaisquer custos diretos iniciais;** **Custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo de arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Seguradora estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativo de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma única soma no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI. As opções de prorrogação e extinção para o arrendamento do imóvel será avaliada quando da proximidade ao término do contrato, e para os arrendamentos de veículos a Seguradora não tem a intenção de prorrogar o contrato ou extinguir antes do término. **b) Expedientes práticos aplicados:** Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Seguradora utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: **Use de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;** **Utilizou de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos;** **Exclusão de contratos de arrendamento com valor inferior a R\$ 5 mil;** **Exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial. A Seguradora optou por não reavaliar se um contrato é, ou se contém, um arrendamento na data da adoção inicial, tendo considerado todos os contratos de arrendamento já existentes na sua avaliação para adoção inicial.******

	01 de janeiro de 2021
Compromissos de Arrendamentos Operacionais divulgados em 1º de janeiro de 2021	58.343
Aumento da Valor Presente	(15.541)
Na aplicação inicial	42.802
Dos quais:	
Passivos de arrendamentos circulantes	5.006
Passivos de arrendamentos não circulantes	37.797
Total	42.802

a) Ajustes reconhecidos no balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2021: A mudança na política contábil afetou os seguintes itens no balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2021:

Ativos de direito de uso	Impacto	01 de janeiro de 2021
Passivos de arrendamento	Aumento	33.859
Impacto líquido em lucros acumulados	Redução	(42.802)

2.8 Ativo imobilizado: Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.9 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: **Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos esperados;** **Softwares adquiridos, que estão sendo amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos. A Seguradora realiza teste de "impairment" anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.10 Custos de aquisição diferidos (CAD):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguro de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. O CAD é considerado no teste de adequação dos passivos de seguro, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11 e com base nas determinações da Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores. **2.11 Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os seus certificados/bilhetes emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco de seguro" a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao seguro. **Prêmios de seguro:** Os prêmios de seguro são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices, certificados e/ou bilhetes, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com seu período de vigência. A Administração utiliza como prática, estimativas atuariais de prêmios e comissões relativos a riscos vigentes, não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem. **2.12 Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguro:** **a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecendo os seguintes critérios: o cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua aplicação em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice/certificado/bilhete ou endossos representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados e considera: (i) o período entre a emissão e o início de vigência do risco, o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; e (ii) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data fim de vigência do risco. **b) Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE):** É constituída quando as apólices/certificados/bilhetes de seguro não tiveram suas emissões realizadas no mesmo mês em que iniciaram suas vigências, mas em meses posteriores. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento das emissões, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de outros critérios definidos em nota técnica atuarial, quando não houver dados históricos suficientes para utilização de triângulos de *run-off*. **c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de**

calculado, incluindo as operações de cosseg



A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ 03.546.261/0001-08
 -☆- continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

A Seguradora não identificou impactos na realização dos créditos tributários devido a pandemia, dada a manutenção da expectativa de geração de lucros futuros. Em atendimento a Lei nº 14.183/21, os créditos tributários relacionados à contribuição social com realização estimada no período de julho a dezembro de 2021 foram contabilizados considerando a alíquota de realização de 20%. Os créditos tributários com realização estimada a partir de janeiro de 2022 foram calculados à alíquota de 15%.

b) Movimentação dos créditos tributários:

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2021
Provisão para contingências civis	6.804	(577)	6.227
Provisão trabalhista	99	(62)	37
Provisão para gastos com a Matriz	1.558	612	2.170
Provisão de participação nos lucros (funcionários)	2.994	204	3.198
Provisão acordos comerciais	2.571	953	3.524
Provisões auditoria	263	(66)	197
Provisão participação nos lucros (profit share)	9.132	2.927	12.059
Provisão Procon	178	(4)	174
Provisão success fees	1.312	1.684	2.996
Provisões para perdas	805	(730)	75
Provisão arrendamentos	-	3.679	3.675
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	25.716	8.616	34.332

c) Expectativa de realização dos créditos tributários: A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social existentes em 31/12/2021 é:

Ano de Realização (*)	Total
2022	21.656
2023	9.457
2024	2.514
2025	245
Até 2026	460
	34.332

(*) Em atendimento a Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021 os créditos tributários relacionados à contribuição social com realização estimada no período de julho a dezembro de 2021 foram calculados à alíquota de 20%. Os créditos tributários com realização estimada a partir de janeiro de 2022 foram calculados à alíquota de 15%.

8 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - COMPOSIÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

a) Premissas e prazo para diferimento: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos: comissões, agenciamentos e pró-labores. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros.

b) Composição por ramo:

Ramo	31/12/2021	31/12/2020
Prestamista	735.299	634.779
Vida	10.872	9.230
Auxílio funeral	3.551	3.173
Acidentes pessoais coletivo	23.471	25.591
Outros	930	1.177
Total	774.123	673.950
Circulante	330.260	308.381
Não circulante	443.863	365.569

c) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	673.950	666.454
Constituição	433.740	421.058
Apropriação	(333.567)	(413.562)
Saldo final	774.123	673.950

9 IMOBILIZADO

	Aquisições		Depreciação do período		Taxas anuais de depreciação (%)	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Equipamentos de computação	1.270	1.348	(783)	1.835	20%	20%
Móveis e utensílios	1.307	265	(68)	(181)	10%	10%
Beneficentia em imóveis de terceiros	4.117	-	(561)	3.556	10%	10%
Total	6.694	1.613	(68)	6.714		

10 INTANGÍVEL

O intangível representa as aplicações com a aquisição de softwares externos que são amortizados à taxa 20% a.a., sempre levando em consideração a sua utilização, bem como despesas com contrato de exclusividade para venda de seguros. Os contratos de exclusividade de venda de seguros são amortizados levando em consideração a expectativa de geração de lucros esperados, considerando os estudos técnicos elaborados pela Administração da Seguradora, projeções orçamentárias e indicadores econômicos financeiros e o período de vigência de cada contrato.

	Amortização do período		31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
Desenvolvimento de sistemas de computação	8.645	4.433	(4.544)
Contrato de exclusividade na venda de seguros (*)	52.595	17.380	(9.380)
Total	61.240	21.813	(13.924)

(*) A Seguradora avaliou os ativos intangíveis em razão dos efeitos da pandemia e não identificou necessidade de teste de recuperabilidade, já que não houve evidência de perda.

11 OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar apresentam a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	28.428	22.182
Participação nos lucros a pagar	7.995	7.485
Dividendos a pagar (*)	1.098	11.026
Total	37.521	40.693

(*) Dividendos mínimos obrigatórios conforme previsão no estatuto da Seguradora (Nota 16.c).

12 DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios a restituir	8.699	12.948
Prêmios cedidos em cosseguo	13.303	12.508
Prêmios cedidos em resseguo	526	91
Corretores	47.676	50.971
Agentes e correspondentes (*)	29.293	32.894
Participação de lucros (profit sharing) (*)	30.148	22.830
Total	129.645	132.242

(*) Os saldos de comissão, agenciamento, pró-labore e participação de lucros (profit sharing) a pagar são calculados de acordo com os contratos comerciais.

d) Tabela de desenvolvimento de sinistros

Ano de ocorrência	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No final do ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de divulgação	32.961	22.923	28.520	29.633	41.025	42.902	61.089	65.105	81.241	101.888	122.002	108.619	97.884	109.199	108.336	129.539	159.306	-	-	-	-
até 1 ano depois	28.384	26.727	31.512	35.718	47.760	48.120	72.326	80.785	99.895	124.848	143.966	127.918	108.893	116.872	122.880	140.234	-	-	-	-	-
até 2 anos depois	29.432	27.219	31.904	35.479	50.057	49.554	73.204	81.630	101.785	126.973	142.774	129.823	111.326	118.755	126.917	-	-	-	-	-	-
até 3 anos depois	30.154	27.370	31.968	35.985	50.659	50.517	73.794	82.331	102.873	128.935	144.072	131.249	111.101	121.277	-	-	-	-	-	-	-
até 4 anos depois	30.677	26.920	32.196	36.310	51.310	50.776	74.193	83.279	104.267	130.807	145.140	132.174	111.252	-	-	-	-	-	-	-	-
até 5 anos depois	30.473	27.126	32.144	36.479	51.624	51.003	74.515	83.746	105.416	131.435	145.563	132.625	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 6 anos depois	30.821	27.369	32.255	36.614	51.821	51.209	74.813	84.690	105.772	131.881	146.072	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 7 anos depois	31.779	27.273	32.314	36.745	51.986	51.641	75.421	84.724	105.957	131.952	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 8 anos depois	31.079	27.560	33.187	36.781	52.254	51.839	75.519	84.813	106.388	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 9 anos depois	31.111	27.544	32.720	37.329	52.536	52.059	75.645	85.214	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 10 anos depois	31.077	27.605	33.064	38.240	52.289	52.021	75.627	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 11 anos depois	31.116	27.615	32.857	38.519	52.583	52.069	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 12 anos depois	31.136	27.686	32.848	38.261	52.333	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 13 anos depois	31.206	27.881	32.861	37.718	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 14 anos depois	31.131	27.864	32.879	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 15 anos depois	31.126	27.879	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
até 16 anos depois	31.128	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	31.128	27.879	32.879	37.718	52.333	52.069	75.627	85.214	106.388	131.952	146.072	132.625	111.252	121.277	126.917	140.234	159.306	1.570.871	-	-	
Pagamentos acumulados	(31.035)	(27.859)	(32.815)	(37.711)	(52.238)	(51.822)	(75.348)	(84.554)	(105.570)	(130.877)	(144.997)	(131.518)	(109.831)	(118.253)	(122.403)	(136.124)	(147.974)	(1.540.931)	-	-	
Ajuste da PSL (IBNeR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.796)
Passivo reconhecido no balanço	93	20	64	7	95	247	279	660	818	1.075	1.075	1.107	1.421	3.024	4.514	4.110	11.332	20.144	39.994	33.994	26.144

e) Teste de Adequação dos Passivos (TAP) O resultado do teste efetuado em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores demonstrou suficiência na adequação dos passivos, não sendo necessária a constituição de qualquer provisão complementar de cobertura.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Seguradora totaliza R\$ 359.451, subscritos, integralizados e aprovados pela SUSEP divididos em 315.707.662 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **b) Reservas de lucros:** As reservas de lucros são compostas por R\$ 41.283 (R\$ 41.052 em 31 de dezembro de 2020) de reserva legal, um saldo devedor de R\$ 8.943 em outras reservas de lucros, e um saldo de R\$ 6.068 (R\$ 35.946 em 31 de dezembro de 2020) em reserva estatutária. **c) Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2021, os acionistas deliberaram pela distribuição da reserva estatutária de lucros através de dividendos no valor de R\$ 44.199, sendo R\$ 11.026 a título de dividendos mínimos obrigatórios de 2020, e R\$ 33.173 como destinação das reservas de lucros existentes, que foram pagas aos acionistas no dia 18 de maio de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.099 e o restante do lucro líquido do exercício foi mantido em reserva de lucros para futura destinação aos acionistas.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO

As sociedades seguradoras deverão apresentar em cada fechamento mensal, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, o CMR equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR).

A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido	388.509	453.193
(+/-) Ajustes contábeis	(73.584)	(29.331)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	60.579	4.219
PLA de nível 1	375.504	-
PLA de nível 2	60.579	-
PLA de nível 3	36.410	-
(-) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – soma de (I) e (II)	375.504	428.080
Capital Mínimo Requerido (CMR)	31/12/2021	31/12/2020
a) Capital base	15.000	15.000
b) Capital de Risco (CR)	242.736	213.537
(+) Capital de risco de subscrição	219.421	191.188
(+) Capital de risco de crédito	30.958	27.854
(+) Capital de risco operacional	2.686	2.790
(+) Capital de risco de mercado	12.539	14.226
(-) Benefício da correção entre os capitais	(22.868)	(22.521)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	242.736	213.537
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	242.736	213.537
Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA	132.768	214.543

18 DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Ramos de atuação: Dos ramos de atuação com os quais a Seguradora opera, o principal é o ramo prestamista, que congrega as coberturas de vida, acidentes pessoais e rendas de eventos aleatórios (cobertura de desemprego), contratos pelos quais os segurados convencionam pagar prestações ao estipulante para amortizar dívida contraída ou para atender o compromisso assumido.

13 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Registra os depósitos recebidos pela Seguradora e ainda não identificados. Demonstramos abaixo a composição desses depósitos considerando as datas de recebimento:

31 de dezembro de 2021						
De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos	573	154	1	37	5	148
Outros depósitos	58	38	64	7	144	311
Total	631	192	65	44	149	1.489

31 de dezembro de 2020						
------------------------	--	--	--	--	--	--



A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ 03.546.261/0001-08



PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 312 de 16/06/2014, em vigor até 14 de julho de 2015, tendo sido substituída pela Resolução do CNSP nº 321 de 15/07/2015, esta por sua vez alterada pela Resolução CNSP nº 412 de 30/06/2021. Ressalta-se, outrossim, que a Resolução nº 412/2021 foi integralmente revogada pela Resolução 432 de 12/11/2021. Contudo, a referida norma somente produzirá efeitos (início de vigência) a partir de 03/01/2022 e, por esse motivo, tendo em vista que este parecer trata do segundo semestre de 2021, utilizou-se as disposições da Resolução CNSP nº 412/2021 para sua confecção. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do Comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2021, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os

responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo BNP Paribas, além dos representantes da Administração da Companhia. No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externas independentes e interna do Grupo BNP Paribas, bem como do sistema de controles internos da companhia. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pela auditoria interna e externa independente, bem como com os atuários da companhia e

não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi revisado pelos membros do Comitê, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da companhia referentes a 31 de dezembro de 2021, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

Membros:
Regivaldo Dallemole
Manuel Lepe
Miriam Assis



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Mensuração das provisões técnicas de seguros (Notas 2.12.1, 3.a e 15):** Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora possui passivos de contratos de seguro registrados na rubrica “Provisões técnicas - Seguros pessoas” das demonstrações financeiras. A mensuração dos montantes registrados nas provisões técnicas envolve julgamento da administração na definição das metodologias e premissas de cálculo, com destaque para a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão de sinistros a liquidar (PSL), que considera, também, os montantes referentes aos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR). Considerando a relevância dos valores e o nível de subjetividade envolvido para a mensuração das provisões técnicas, continuamos a considerar essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria. **Existência e mensuração dos ativos garantidores das provisões técnicas de seguros (Notas 2.4, 5 e 15.C):** Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora possui aplicações financeiras que são mantidas em quotas de fundos de investimento e títulos de renda fixa públicos e privados que são oferecidos em cobertura das provisões técnicas de seguros. As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor das quotas dos fundos de investimento disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos; no caso dos títulos públicos, com base nos preços unitários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e, no caso dos títulos privados de renda fixa, a mensuração é obtida, principalmente, por cotação de mercado. Para os títulos de renda fixa sem cotação de mercado foram utilizados modelos construídos com dados observáveis de mercado. A existência dos títulos de renda fixa é assegurada por meio de conciliações com as informações dos órgãos custodiantes no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e/ou B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Já para as cotas de fundos de investimento, a administração utiliza os extratos dos fundos investidos, emitidos pelos respectivos administradores para confirmação da existência. Considerando a relevância dessas aplicações financeiras no contexto das demonstrações financeiras da Seguradora, a sua existência e sua mensuração continuaram a ser consideradas áreas de foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos principais procedimentos de auditoria consideram a atualização do entendimento e testes de efetividade dos principais controles estabelecidos pela administração para as provisões técnicas de prêmios e sinistros, além do entendimento das premissas e metodologias utilizadas para mensuração das provisões técnicas da Seguradora. Em relação à PSL, testamos a integridade da base de dados de sinistros, analisamos a conciliação das bases de dados com o saldo contábil e verificamos, em base amostral, a existência das documentações dos sinistros avisados e sua correta mensuração, além da inspeção dos pagamentos por meio de comprovantes de liquidações financeiras. Adicionalmente, para os sinistros judiciais, realizamos procedimentos de confirmações dos valores e prognóstico de perda com os advogados externos. Com o apoio de nossos especialistas, realizamos a análise das principais premissas atuariais e metodologias adotadas

pela administração para mensuração das provisões técnicas de PPNG-RVNE, IBNR e do ajuste IBNeR e suas correspondentes implementações de acordo com as documentações técnicas pertinentes. Ainda, avaliamos a razoabilidade das movimentações dessas provisões técnicas desde o último período auditado. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. Nossos principais procedimentos de auditoria consideram a atualização e o entendimento dos principais controles estabelecidos pela administração para a existência e mensuração das aplicações financeiras. Testamos a existência das aplicações financeiras através do confronto das informações da posição de ativos em reserva técnica da Seguradora com os extratos de custódia emitidos pelos respectivos órgãos custodiantes. Adicionalmente, testamos, em base amostral, a existência das movimentações de aplicações, resgates, compras e vendas de ativos financeiros por meio de inspeções documentais e comprovantes de liquidações financeiras. Efetuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações financeiras em quotas dos fundos de investimento com o valor da quota disponibilizado pelo administrador do fundo investido e reexaminamos a valorização dessas aplicações financeiras. Quando apropriado, obtivemos o relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras disponíveis do fundo e analisamos se havia alguma modificação nos relatórios dos auditores com impacto relevante nas demonstrações financeiras do fundo de investimento, a fim de avaliar eventual impacto nos registros contábeis desses ativos na Seguradora. Adicionalmente, para os títulos de renda fixa públicos e privados realizamos, em base amostral, a reexecução da valorização com base nos dados observáveis de mercado. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade

é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, interior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

Caio Fernandes Arantes
 Contador - CRC 1SP22276/O-3



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, “itens auditados”), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança

razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre

as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Serviços Profissionais Ltda.
 Av. Francisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino
 São Paulo - SP - Brasil 05001-903
 CNPJ 02.646.397/0001-19
 CIBA 105

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

Dinarte Ferreira Bonetti
 MIBA 2147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 25/02/2022 18:46

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 1645739192033b3e2b9a02469aac93ac62b4e29df4